

SISTEMA PARTIDÁRIO E VOLATILIDADE ELEITORAL NO BRASIL (1982-2006): UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA INTER-REGIONAL.¹

Denise Paiva Ferreira/UFG
Simone Bohn/York University

31^o Encontro Anual da ANPOCS, 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG
Seminário Temático No. 24 Partidos e Sistemas Partidários

¹ Esse artigo é um dos produtos do projeto de pesquisa “Bases Sócio-Econômicas da Volatilidade Eleitoral no Brasil” apoiado pelo CNPq, Edital No. 032/2004 (processo No. 401912/2004-3).

Sistema Partidário e Volatilidade Eleitoral no Brasil 1982-2006: um estudo sobre a dinâmica inter-regional

Vários estudos demonstram que a volatilidade eleitoral, quando analisada ao nível nacional, encontra-se em trajetória declinante no Brasil (Bohn & Paiva, 2006). Isso significa que, quando se observa cada um dos dois pares de eleições consecutivas desde o início do retorno de governos civis no Brasil, pode-se constatar que o eleitorado está gradativamente optando pelas mesmas ofertas eleitorais no decorrer do tempo – ou seja, está se tornando menos instável no que se refere ao processo de seleção de elites políticas através de eleições. No entanto, pouco se sabe a respeito do que se passa no plano subnacional, isto é, ao nível dos estados. O que ocorre na esfera nacional também é visível no plano dos estados? Em outras palavras, as taxas de volatilidade eleitoral também se encontram em trajetória decrescente na esfera dos estados? Essa é a indagação fundamental desse artigo.

A resposta à essa questão é vital por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, estudos demonstram que há uma correlação positiva e significativa entre baixas taxas de volatilidade eleitoral e democracias sólidas ou “consolidadas” (Mainwaring & Zoco, 2006). Isso significa que eleitorados altamente voláteis podem se constituir em um óbice à estabilização do regime democrático no contexto de democracias recentes, como a brasileira. Em segundo lugar, se o padrão de diminuição da volatilidade eleitoral verificado no plano nacional se reproduzir ao nível dos estados, então seremos levados a concluir que os eleitorados nacional e estaduais da poliarquia brasileira estão se adaptando ao sistema partidário de maneira similar. Ou seja, o sistema partidário está progressivamente se enraizando na sociedade brasileira de maneira aproximadamente homogênea em todas as unidades da federação. Esse processo pode, no futuro, ser um passo importante no sentido do aumento do grau de nacionalização do sistema partidário (Caramani, 2004)². Se, ao contrário, verificarmos que há dinâmicas diferenciadas, teremos que avançar a hipótese de

² Ainda que os eleitorados estadual e nacional venham se comportando de maneira similar no sentido da redução da volatilidade eleitoral, não podemos tecer nenhuma consideração a respeito da nacionalização do sistema partidário no sentido cunhado por Jones & Mainwaring (2003). Ou seja, no escopo desse trabalho não poderemos verificar se o desempenho eleitoral dos partidos políticos no plano nacional se reproduz na esfera dos estados, uma vez que nos focamos na volatilidade eleitoral como resultado agregado de preferências eleitorais e não observamos individualmente o desempenho de partidos políticos específicos.

que os eleitorados estaduais podem estar produzindo distintos subsistemas partidários. Essa questão da homogeneidade ou heterogeneidade do comportamento dos eleitorados nacional e estaduais tem importantes implicações para o regime democrático no Brasil, uma vez que indica que o eleitorado de alguns estados pode estar mantendo um padrão de elevada instabilidade eleitoral e, portanto, não estão se adaptando ao sistema partidário vigente da mesma maneira que as demais áreas do país.

As duas próximas seções discutem em detalhes a importância do estudo da volatilidade eleitoral no contexto de democracias recentes e de sua análise no plano estadual e regional. Em seguida, passaremos a analisar a trajetória da volatilidade eleitoral no período 1982-2006 em diferentes pleitos (presidente, senado, deputado federal, governador e deputado estadual). A partir desses dados será possível verificar em que medida existem homogeneidades regionais e intra-regionais, as principais tendências bem como as implicações desses achados para o processo de consolidação do sistema partidário brasileiro no plano subnacional e suas implicações para o nível nacional.

A volatilidade eleitoral no contexto de democracias recentes.

Alguns estudos têm chamado atenção para a importância de se analisar a volatilidade eleitoral no contexto das novas democracias (Przeworski, 1975; Mainwaring, 1998; Boher et al 2000; Mainwaring & Zoco, 2006; Baker et al 2006). A premissa que norteia tais estudos é que padrões estáveis de competição interpartidária, portanto menor volatilidade eleitoral, indicam que os partidos políticos são instrumentos importantes na formação da preferência do eleitor.

A volatilidade eleitoral é um dos instrumentos mais utilizados pela literatura para mensurar os padrões de variação do apoio eleitoral às ofertas do sistema partidário (Przeworski (1975), Pedersen (1980) Bartolini & Mair (1990), Mainwaring & Torcal (2006). O índice de volatilidade eleitoral, conforme mencionado anteriormente, mede a oscilação das preferências eleitorais agregadas em dois pares de eleições consecutivas.³ Esse indicador permite perceber em que medida o apoio ao sistema partidário se mantém, ou não, estável ao longo do tempo. De acordo com essa perspectiva, quanto menos oscilante e

³ Outros fatores como a incorporação de novos eleitores ou o decréscimo do eleitorado podem interferir nos índices de volatilidade eleitoral. Além disso variáveis políticas como a criação de novos partidos, desaparecimento ou fusão de agremiações partidárias também exercem impacto sobre os índices de volatilidade eleitoral. Sobre essa questão ver: Bartolini & Mair (1990) e Nicolau (1998).

em patamares mais baixos a volatilidade eleitoral permanecer, mais institucionalizado é o sistema partidário.⁴

A estabilidade eleitoral indica não só que os partidos têm apoio e enraizamento na sociedade mas, também, que são instrumentos de canalização de conflitos, interesses e demandas da sociedade. Outros fatores adicionais, que reforçam esse argumento, é que padrões mais estáveis conferem maior previsibilidade à disputa eleitoral, dificultam a ascensão de *outsiders* e de lideranças personalistas, sem vínculos sólidos e duradouros com as organizações partidárias (Mainwaring & Scully, 1995, Kinzo, 2005; Mainwaring & Zoco 2006). E, por último, pressupõe que questões programáticas oriundas da oferta partidária sejam os elementos determinantes na conformação da escolha eleitoral.

Ao analisar a volatilidade eleitoral em 47 democracias e semi-democracias Mainwaring e Zoco (2006) encontraram evidências que permitem afirmar que os níveis de volatilidade eleitoral tendem a ser mais altos nos regimes inaugurados a partir do final dos anos setenta, ou seja, países que integram a chamada “terceira onda de democratização”, de acordo com a expressão cunhada por Huntington (1991). Esses dados podem ser explicados, em grande medida pelos seguintes fatores: 1) em novas democracias tanto os partidos como o sistema partidário são novos e portanto sem vínculos anteriores com o eleitorado. Desse modo, é necessário uma fase de adaptação e informação para que se formem as preferências eleitorais; 2) durante o processo de formação e consolidação do sistema partidário podem ocorrer cisões, fusões, extinção e criação de partidos alterando o cenário da competição eleitoral e da oferta político partidária. Essas podem ser explicadas, em parte, pelo processo de acomodação das elites políticas à nova realidade. De acordo com alguns estudos este último fator pode ser uma das variáveis explicativas o para aumento das taxas de volatilidade (Budge, 1982; Bartolini e Mair 1990; Nicolau 1998; Mainwaring, 2006). Diante desses elementos, pode-se mencionar que o Brasil se configura num caso interessante dentre as novas democracias dado que os fatores mencionados acima estiveram presentes no processo de formação do sistema partidário inaugurado após a redemocratização.

⁴ É importante mencionar, no entanto, que a estabilidade do padrão de competição político-eleitoral consiste em um entre vários indicadores da institucionalização do sistema partidário. Outros elementos incluem o grau de legitimidade, “indispensabilidade” e aceitação dos partidos políticos pelo eleitorado, a formação de identidades partidárias, o grau de organização das máquinas partidárias (Mainwaring & Scully, 1995).

Nos últimos anos têm aumentado as análises acerca do sistema partidário e da competição político-partidária no Brasil, utilizando como indicador a volatilidade eleitoral (Figueiredo, 1996; Lima, 1996; Nicolau, 1998; Mainwaring, 1998; Cervi 2002; Peres, 2002; Kinzo 2003; Braga, 2006; Paiva e Bohn, 2006; Bohn, 2006). A maioria desses estudos aponta para um padrão de declínio dos índices de volatilidade eleitoral.

Os dados apresentados por Bohn (2006) permitem afirmar que o Brasil, após as eleições de 2002, se tornou um dos países sul-americanos com os menores níveis de volatilidade eleitoral, tanto no que se refere às eleições presidenciais, como para a Câmara dos Deputados ou para a Assembléia Nacional, no caso de países unicamerais. A autora afirma que a despeito da explosão de ofertas partidárias, o eleitorado brasileiro – ao contrário dos eleitorados de outros países sul-americanos - está cada vez mais consolidando suas escolhas eleitorais em um número menor de partidos políticos. Paiva e Bohn (2006), ao analisar todas as disputas eleitorais ocorridas no período 1982-2002, nos planos nacional e estadual, constaram uma tendência declinante dos índices de volatilidade eleitoral para a maioria das eleições.

Ao mesmo tempo em que diversos estudos têm destacado a questão da volatilidade eleitoral, a maioria deles se concentra no plano nacional (Roberts & Wiebbels, 1999). Escassa tem sido a ênfase na dimensão subnacional desse fenômeno. Essa artigo visa preencher essa lacuna. Seu objetivo é examinar a volatilidade eleitoral no Brasil em termos de sua dinâmica regional. De forma específica, verificar, nos âmbitos inter e intra-regional, quais são as principais tendências dos níveis de volatilidade eleitoral nos diferentes pleitos ocorridos no período 1982-2006. Conforme mencionado anteriormente, objetivamos entender se existe, ou não, homogeneidade nos padrões de volatilidade eleitoral nas unidades subnacionais, entendidas como estados e regiões. Ou seja, se a tendência na direção do decréscimo da volatilidade eleitoral verificada ao nível nacional também é visível no plano subnacional.

Porquê o estudo das regiões é importante: o contexto brasileiro

Vários estudos têm chamado a atenção para a importância de se estudar a política numa perspectiva regional (Putnam, 1992; Linz, 1996; Snyder, 2001; Mainwaring & Liñan-Pérez, 2005). De acordo com essas análises as regiões têm dinâmicas, processos distintos e especificidades. As unidades subnacionais podem apresentar diferentes conformações de ordem socioeconômica (nível de desenvolvimento, escolaridade, urbanização, renda), étnica, religiosa, linguística, cultural. Nem sempre todas elas estão presentes num mesmo país. Em alguns casos, temos diferentes combinações de heterogeneidades entre as regiões.

Os estudos que fazem generalizações a partir de dados nacionais não permitem captar particularidades regionais e intra-regionais. Essas só podem ser observadas se tomarmos as regiões e estados como unidade de análise e efetuarmos a comparação entre as mesmas. A incorporação das diferenças regionais à análise permite também aumentar o número de observações acerca do fenômeno que se pretende explicar e articular os planos nacional e subnacional.

Nesse sentido, Mainwaring & Liñan-Pérez (2005), afirmam que, nas ciências sociais, as generalizações que tomam o país unidade de análise devem se atentar para as especificidades regionais. Caso contrário, os estudiosos tomarão como geral algo que não deveriam. Ainda de acordo com os autores, é preciso estar atento à dinâmica subnacional e seus efeitos, ou esses passarão despercebidos e não será possível entender os mecanismos causais dos processos mais gerais que se pretende explicar. Essas questões se tornam particularmente importantes quando estudamos países com grandes desigualdades e/ou especificidades regionais. Similarmente, mas de maneira inversa, Linz (1996), ao abordar esse tema, afirma que comparações inter-regionais não fazem sentido em países com altos níveis de integração e homogeneidade e nos quais as diferenças regionais em relação às médias nacionais são pequenas.

A importância de se analisar a política partidária no plano subnacional tem sido ressaltada por diversos autores (Key, 1949; Soares, 1967; Elderveld, 1982; Lima Jr, 1983, 1997; Mayhew, 1986; Soares, 1973, 2001). Esses estudos têm em comum o fato de enfatizarem o impacto que as diversidades regionais, em suas diferentes manifestações,

exercem sobre a competição político-eleitoral, a dinâmica intra e inter-partidária e a projeção da política subnacional no plano nacional.

Diversos autores partidários dessa perspectiva produziram importantes contribuições. Key (1949), por exemplo, chama atenção para especificidades tais como questão racial, herança cultural, economia e sua influência nas escolhas políticas e na conformação política de caráter mais conservador no sul dos Estados Unidos. Eldersveld (1982), ao analisar a política partidária nos Estados Unidos, aponta para a existência de um sistema partidário com diferentes padrões de competição entre os estados e uma considerável heterogeneidade em termos de comportamento eleitoral. Diante dessas diversidades, o autor conclui que fazer generalizações ao se estudar a política partidária naquele país é uma tarefa bastante complexa. Linz (1996), por sua vez, chama a atenção para o fato de que a acumulação de heterogeneidades dentro de um mesmo país gera unidades subnacionais ou regionais bastante distintas que devem ser exploradas e incorporadas em estudos de escopo nacional. Ao usar a Espanha como referência, o autor menciona a coexistência de oito diferentes subsistemas políticos naquele território.

No contexto brasileiro, as diferenças subnacionais se traduzem em termos de níveis de desenvolvimento econômico e social e podem ser verificadas a partir de vários indicadores socio-econômicos (urbanização, escolaridade, Índice de Desenvolvimento Humano, renda per capita, analfabetismo, Índice de Gini). Essas desigualdades estão entre os elementos centrais - presentes desde de antes do início do período republicano - para se compreender a estrutura federativa do país. Por último, é oportuno mencionar que as desigualdades regionais no Brasil não assumem o formato de clivagens étnicas, religiosas, de nacionalidades, linguísticas ou culturais como ocorre em outros países (Oliveira, 1995; Souza, 1997; Kugelmas e Sola 2000; Bohn e Paiva, 2006).

Além das diferenças socioeconômicas acima mencionadas, a literatura tem enfatizado a existência de enormes diversidades, em termos de dinâmica política, entre as unidades sub-nacionais. Essas se apresentam em termos da configuração e desenvolvimento dos partidos políticos e dos sub-sistemas partidários, do formato da competição eleitoral, do perfil e processo de recrutamento das elites políticas e do peso das unidades da federação na política política partidária em âmbito nacional (Soares, 1973, 2001; Leal, 1986; Lima Jr 1997; Lavareda, 1991; Abrucio, 1998; Santos, 2001; Samuels, 2003; Paiva e Bohn, 2006;

Braga, 2006). No entanto, grande parte dos estudos aborda não sistema partidário atual – tema desse artigo – e sim o período 1945-64.

Já outras investigações analisam apenas um estado e, portanto, não adotam uma perspectiva comparativa entre as unidades da federação. (Neves, 1988; Moraes, 1995; Lima 1996; Lima Jr 1983,1997; Krause e Paiva 2002; Paiva e Batista 2004). Esse artigo busca ampliar esse panorama, pois privilegia uma unidade de análise que vem sendo negligenciada no estudo da política brasileira e, especialmente, da lógica subnacional do processo de desenvolvimento do sistema partidário.

Panorama da Volatilidade Eleitoral no Brasil

Este artigo analisa todas as disputas eleitorais realizadas entre 1982 e 2006 no plano nacional e estadual ⁵. Não obstante a exclusão das eleições locais, esse estudo, em virtude de seu escopo, contribui para um conhecimento mais aprofundado e conspectivo da volatilidade eleitoral no Brasil. A maioria dos autores têm analisado a volatilidade eleitoral apenas no plano nacional. Nosso objetivo é incorporar à análise a temática da diversidade da política estadual e regional e observarmos seu impacto nos padrões de volatilidade entre diferentes tipos de pleito.

Dentre as vantagens de se incluir a dimensão estadual a análise podemos mencionar essa abordagem proporciona uma visão mais abrangente e comparada do processo de implementação e desenvolvimento do sistema partidário na federação brasileira. Ao mesmo tempo permite verificar em que medida as tendências observadas no plano nacional se reproduzem no âmbito estadual.

O desenho da pesquisa obedeceu aos seguintes procedimentos. Em primeiro lugar, foi calculada a volatilidade de cada partido para todos os pleitos consecutivos em cada uma das vinte e sete unidades da federação. Em seguida, procedeu-se ao cálculo da volatilidade total. O passo seguinte foi calcular a volatilidade média por estado e região em cada um dos pleitos analisados. Outra medida adotada foi o cálculo do desvio-padrão por tipo de eleição (em cada um dos estados e regiões) para que se pudesse verificar, de forma mais acurada,

⁵ Infelizmente, apesar de diversas consultas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não conseguimos obter os resultados completos das eleições senatoriais para os anos de 1982 e 1986.

qual a variabilidade em torno das médias encontradas e o grau de homogeneidade e heterogeneidade daqueles valores.

No entanto, antes de procedermos a essa análise, é importante fazer um breve mapeamento de escopo nacional do fenômeno em tela. Em seguida, verificaremos em que proporção as médias nacionais se diferenciam, ou não, dos dados encontrados no plano estadual e em que medida é estabelecer comparações entre regiões e estados nos diferentes pleitos e cargos em disputa.

Quando os dados a respeito da volatilidade eleitoral são observados em conjunto, pode-se constatar uma tendência de queda da instabilidade eleitoral para vários tipos de pleito. As informações da Tabela 1 permitem visualizar, de forma nítida, esse padrão geral de declínio – com exceção das eleições senatoriais. Outros autores já haviam chamado atenção para esse decréscimo ao analisar a volatilidade eleitoral na Câmara de Deputados (Mainwaring, 1998; Peres, 2002; Braga, 2003). O interessante é observar que esse é um movimento mais geral que não se circunscreve apenas ao legislativo federal. Nesse sentido, as eleições presidenciais do século XXI são bem menos voláteis que as do início do período da redemocratização, quando os eleitores ainda estavam se adaptando ao sistema partidário. As eleições para o Senado também estão se tornando cada vez menos voláteis – ainda que num patamar elevadíssimo.

Tabela 1. Volatilidade por eleição (1982-2006)

CARGO	1982/ 86	1986/ 90	1989/ 94	1990/ 94	1994/ 98	1998/ 2002	2002/ 06
Presidência			54,7		41,0	29,8	30,3
Senado				65,9	64,9	64,8	62,0
Câmara de Deputados	49,3	43,4	-	35,7	32,3	33,0	27,6
Governador	38,0	57,8	-	68,9	52,4	48,8	52,1
Assembléias Legislativas	39,9	42,1	-	28,4	29,8	26,2	29,5

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

Há diferenças significativas no que se refere aos tipos de eleição. A Tabela 2 permite observar uma nítida diferença entre as eleições majoritárias (presidente, governador e senador) e proporcionais (deputados federais e estaduais), as primeiras são significativamente mais voláteis, com destaque para as eleições senatoriais. Paradoxalmente, as eleições com o maior número de candidatos (os pleitos para deputado federal e deputado estadual) são as que apresentam o menor nível de volatilidade. Esse resultado é surpreendente, uma vez que o maior número de candidatos aumenta os custos

de informação para o eleitor a cada eleição, em comparação com os outros tipos de pleito e deveria, em tese, tornar as escolhas mais voláteis no decorrer do tempo (Popkin, 1991).

Tabela 2. Volatilidade Média por tipo de eleição 1982-2006

CARGO	ELEIÇÕES	VOLATILIDADE MÉDIA
Presidência	1989, 1994, 1998, 2002, 2006	43,87
Senado	1990, 1994, 1998, 2002, 2006	64,50
Câmara de Deputados	1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006	38,37
Governador	1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006	54,36
Assembléia Legislativa	1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006	32,67

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

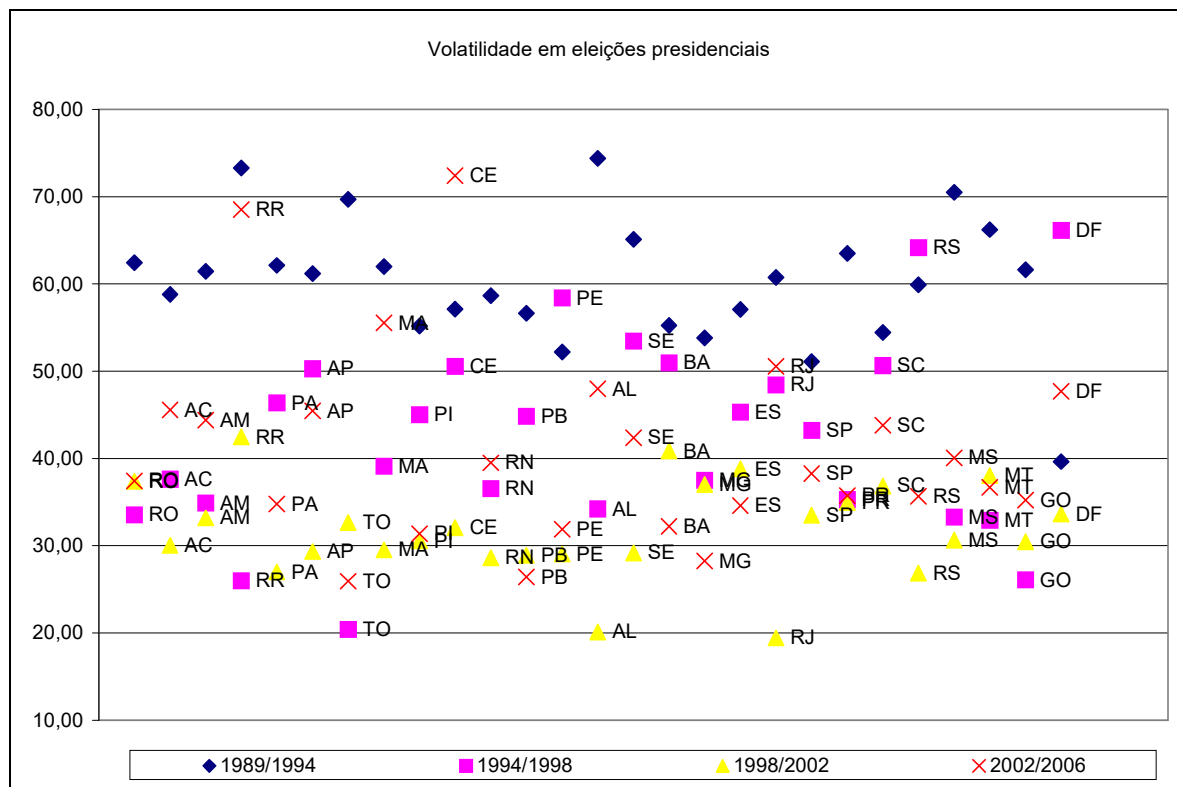
Além disso, não só as eleições proporcionais são significativamente menos voláteis que as proporcionais, como também é possível constatar uma expressiva correlação entre a volatilidade para deputados estaduais e federais (Gráfico 1). Portanto, aparentemente, procedimento decisório similar parece estar postos em ação pelo eleitor quando esse se depara com ofertas eleitorais que têm que ser selecionadas com base em fórmulas proporcionais ⁶.

Volatilidade Eleitoral e Dinâmica Partidária no Plano Subnacional

Em que medida a trajetória da volatilidade eleitoral verificada no plano nacional se repete nos estados em cada um dos tipos de pleito? Conforme mencionamos anteriormente, esta é uma questão importante, já que dá a medida da forma como os eleitorados estaduais estão se adaptando ao sistema partidário originário do período ditatorial e posto em marcha, sob o regime democrático, iniciado a partir de 1989.

⁶ Essa questão é um dos objetos centrais de um outro projeto em desenvolvimento pelas autoras (“Micro-fundamentos da volatilidade eleitoral no Brasil. A perspectiva do eleitor”) – também apoiado pelo CNPq (processo n. 477136/2006-0)

Gráfico 1. Volatilidade em eleições presidenciais por estado (1989/2006)



Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

O gráfico 1 mostra a distribuição da volatilidade eleitoral calculada no plano estadual nos quatro pares de pleitos presidenciais. Imediatamente, diversas tendências podem ser observadas. Em primeiro lugar, é evidente que o eleitorado foi mais volátil em 1994 – em comparação com 1989 – do que em qualquer outro momento. Vários fatores podem ser elencados para explicar este dado, como, por exemplo, o fato de o candidato presidencial vitorioso em 1989, Fernando Collor, pertencer a um pequeno partido político (PRN) que, na eleição subsequente, obteve votação bastante inexpressiva. Em segundo lugar, na maioria dos estados, a última eleição presidencial, a de 2006, quando comparada à de 2002, apresentou maior mudança das preferências eleitorais do que a de 2002 (quando esta última é comparada com o pleito de 1998). Isso é surpreendente, uma vez que no par eleitoral 2002-2006 um presidente eleito obteve sua reeleição, ao passo que, em 2002, a presidência foi transferida de um partido político (PSDB) para outro (PT). Finalmente, o gráfico também permite observar que em todas as eleições presidenciais há diversos

outliers: isto é, estados cuja volatilidade eleitoral se distancia bastante (para mais ou para menos) da volatilidade eleitoral média. Esses são os casos de Ceará (2002-2006), Roraima (1989-1994), Rio de Janeiro (1998-2002) e Tocantins (1994-1998). O caso de Alagoas parece ser interessante. Entre as eleições de 1989 e 1994, figura como um dos mais voláteis. Entre as eleições de 1998 e 2002, no entanto, apresenta um dos mais baixos níveis de volatilidade eleitoral.

Com o objetivo de saber em detalhes como se expressa a dinâmica da volatilidade das eleições presidenciais no plano dos estados, ordenamos os dados apresentados no gráfico anterior de forma a poder extrair conclusões mais precisas. Essa ordenação dos dados é apresentada nas tabelas 3. Primeiro, calculamos, para cada um dos pares de eleição, os desvios-padrão da volatilidade medida no plano estadual em relação à volatilidade eleitoral nacional (Tabela 3a). Quando maior o desvio-padrão, menor homogeneidade inter-estadual. Também contamos o número de estados *outliers* (Tabela 3a) e apontamos quais estados se encaixam nessa categoria (Tabela 3b). Por fim, calculamos os desvios-padrão tendo o estado como unidade de análise (Tabela 3b). Em outras palavras, os desvios-padrão da Tabela 3c dão indicação das diferenças, num mesmo estado, da volatilidade eleitoral em cada um dos quatro pares de eleição. Por exemplo, a volatilidade eleitoral em Rondônia nos quatro pares de eleição foi a seguinte: 62.41 (1989-1994), 33.55 (1994-1998), 37.37 (1998-2002) e 37.43 (2002-2006). O desvio-padrão desse conjunto de eleições é 13.27 que, como veremos, a seguir figura como um número médio, nem excessivamente elevado, nem tampouco excessivamente baixo. Essa medida nos indicará se cada um dos estados apresenta níveis similares de volatilidade eleitoral no decorrer do tempo, desde a primeira eleição presidencial do atual regime democrático, realizada em 1989, até a última eleição presidencial em 2006.

O que os desvios-padrão nos permitem observar? Em primeiro lugar, a Tabela 3a indica que os desvios-padrão das eleições presidenciais são bem menores que os números similares dos demais tipos de eleição (veja conjunto das Tabelas 4, 5, 6, e 7). Enquanto que a média do desvio-padrão dos diversos pares de eleições presidenciais é 7.43, nos outros pleitos, varia entre 10 e 24. Isso significa que há pouca heterogeneidade nos patamares de volatilidade eleitoral quando os estados são tomados como unidade de

análise. De fato, a Tabela 3a indica que a volatilidade eleitoral em aproximadamente 75% dos estados é bastante próxima à volatilidade eleitoral medida no plano nacional.

Em segundo lugar, os dados indicam que há entre seis e sete estados *outliers* em cada um dos pares de eleição. A Tabela 3b, no entanto, mostra que não há muitos estados que sistematicamente ocupam a posição de *outlier*, o que indicaria dinâmicas eleitorais subnacionais muito diferenciadas da nacional. Na realidade, somente o estado de Roraima aparece como *outlier* altamente volátil em 3 pares de eleição. O que evidencia um comportamento eleitoral errático do eleitorado roraimense. Num quarto par, 1994-1998, esta tendência errática se alterou, e esse estado figurou como *outlier* cujo patamar de instabilidade eleitoral é bem mais baixo que a média nacional. O grupo de estados menos voláteis que a média nacional não contém similaridades no decorrer do tempo. Se os mesmos estados aparecessem em todas as colunas da primeira linha da Tabela 3b, isso indicaria que a existência de eleitorados estaduais bem mais estáveis que os nacionais. Evidentemente, este não é o caso das eleições presidenciais brasileiras. Além disso, 30% dos estados nos quatro pares de eleições têm o nível de volatilidade eleitoral ao redor da média nacional. Ou seja, aparecem em todas as colunas da segunda linha da Tabela 3b ⁷.

Em terceiro lugar, é interessante observar que os estados, quando tomados como unidade de análise, apresentaram maior heterogeneidade nos pares de eleição em que presidentes obtiveram sua reeleição. Ou seja, a volatilidade eleitoral nas eleições em que Cardoso e Lula da Silva se reelegeram, quando observada da perspectiva dos estados, gera comportamentos eleitorais menos uniformes do que nas eleições em que a presidência passou de um partido político para outro. Essa constatação é extremamente paradoxal e contra-intuitiva. A busca da reeleição por um presidente em exercício provoca rearranjos na política estadual, de modo a produzir diferentes comportamentos eleitorais nos distintos estados? Essa constatação reforça a importância da análise da política subnacional.

Finalmente, a Tabela 3c busca constatar se há estados nos quais a volatilidade eleitoral nos pleitos presidenciais foi uniforme no decorrer do tempo. Os estados são apresentados na ordem da magnitude do seu desvio-padrão. Os dois casos polares são Alagoas e São Paulo. O primeiro apresenta o desvio-padrão mais elevado entre todos os

⁷ A Tabela 3b revela que é difícil tecer considerações definitivas a respeito do caso do estado de Alagoas – mencionado anteriormente. Como vimos, em dois pares figura como outlier. Nos outros dois, situa-se ao redor da média nacional.

estados. Isso se deve sobretudo à elevada volatilidade constatada em 1994 (em comparação com 1989), 74.4%, e à baixa instabilidade eleitoral visível em 2002 (em comparação com 1998), 20.1%. Por outro lado, o estado de São Paulo apresenta pólos bem menos distantes: a volatilidade eleitoral máxima de 51.1% (1989-1994) e mínima de 33.5% (1998-2002). Em 96.3% dos estados, as eleições de 1994 (em comparação com 1989) foram as mais voláteis entre todos os pares de ciclos eleitorais. Descontado esse par de eleições, o nível de instabilidade eleitoral diminui de forma expressiva, o que pode indicar que, no que se refere à disputa presidencial, o eleitorado parece estar progressivamente se adaptando ao sistema partidário em vigor.

Tabelas 3 - Panorama estadual das eleições presidenciais (1989/2006).

3a. Desvio-padrão em relação à volatilidade eleitoral média.

Número de estados	1989/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006
> 1 DP abaixo da média	3	3	2	3
1 DP ao redor da média	20	21	20	21
> 1 DP acima da média	4	3	5	3
Desvio-padrão (DP)	7.30	11.25	5.46	11.21

3b. Estados –Distribuição em relação ao desvio-padrão

Estados	1989/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006
> 1 DP abaixo da média	DF, PE, SP	GO, TO, RR	AL, RJ	MG, PB, TO
1 DP ao redor da média	AC, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE	AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PI, PR, RJ, RN, RO, SC, SE, SP	AC, AM, AP, CE, DF, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SC, SE, SP, TO	AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, GO, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP
> 1 DP acima da média	AL, MS, RR, TO	DF, RS, PE	BA, ES, MT, RO, RR	CE, MA, RR

3c. Média (M) da volatilidade eleitoral e desvio-padrão nos 4 pares de eleição.

UF	M	DP	UF	M	DP	UF	M	DP
AL	44.18	23.13	MT	43.47	15.32	AM	43.47	12.95
RR	52.57	22.30	PA	42.56	15.28	RN	40.83	12.75
TO	37.16	22.24	MA	46.53	14.89	AC	43.00	12.29
MS	43.60	18.35	PE	42.86	14.61	PI	40.52	11.80
RS	46.64	18.20	PB	39.19	14.21	MG	39.14	10.66
RJ	44.79	17.74	DF	46.77	14.13	BA	44.81	10.35
CE	53.03	16.70	PR	42.36	14.10	ES	43.95	9.80
GO	38.34	15.95	RO	42.69	13.27	SC	46.43	7.77
SE	47.53	15.36	AP	46.56	13.23	SP	41.52	7.52

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

O que podemos concluir em relação ao comportamento dos eleitorados estaduais nos pleitos presidenciais. Há poucos estados nos quais a dinâmica estadual se diferencia de

forma substantiva da dinâmica visível no plano nacional. Além disso, apesar de a volatilidade eleitoral de apenas 30% dos estados sempre figurar, desde 1989-1994, ao redor da média nacional, não há um número expressivo de estados que sistematicamente vem mantendo níveis mais elevados de instabilidade eleitoral. Uma exceção evidente é o caso do estado de Roraima.

Essa similaridade da volatilidade eleitoral estadual em relação à média nacional dos pleitos presidenciais se repete para outros tipos de eleição? Ou se circunscreve apenas à disputa para a presidência? A seguir, repetimos, para as eleições senatoriais, para governador, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, os mesmos cálculos que fizemos anteriormente ⁸. Começaremos pelas duas eleições majoritárias e, em seguida, passaremos para as proporcionais.

O gráfico 2 mostra a distribuição da volatilidade estadual nas eleições senatoriais para quatro pares de eleições ⁹. A primeira constatação que se pode extrair da análise visual dos dados é que o par de eleições 1990-1994, que foram as primeiras disputas senatoriais realizadas depois da instauração do regime democrático em 1989, não foram as mais voláteis na maioria dos estados – como foi o caso da eleição do primeiro presidencial civil eleito desde 1960. Em segundo lugar, as eleições senatoriais geram comportamento eleitoral bem mais instável, na maior parte dos estados, que as eleições presidenciais. Em alguns estados, a instabilidade é tamanha que a volatilidade chega a 100%. Finalmente, a despeito da existência de *outliers* em todos os pares de eleições, alguns estados parecem ter mantido, no decorrer do tempo, o mesmo nível de volatilidade eleitoral (elevado ou baixo). São os casos de Distrito Federal e Paraíba e, em menor grau, Bahia e Maranhão.

⁸ Há uma diferença no que se refere à média. No caso das eleições presidenciais que acabamos de descrever, fizemos referência ao comportamento dos eleitorados estaduais comparado à volatilidade eleitoral média calculada no plano nacional. Nos demais casos, como não há distritos nacionais, compararemos a volatilidade média *estadual*.

⁹ Vide nota 5.

eleito concorre à reeleição, ele ou ela influencia as eleições senatoriais de modo a gerar níveis de volatilidade similares (seja elevados ou baixos) nesses pleitos? A resposta a essa pergunta está aquém do escopo desse trabalho e será objeto de outra investigação.

Uma outra constatação importante é a presença de similaridades no quadro dos *outliers* (Tabela 4b). O estado da Bahia figura sistematicamente (em três dos quatro pares de eleições) como um caso de baixa volatilidade eleitoral. Somente em 2006 que houve, nesse estado, um aumento da instabilidade eleitoral. Em outras palavras, somente em 2006 que partidos políticos alternativos ao PFL de Antonio Carlos Magalhães ganharam força eleitoral suficiente para alterar o comportamento eleitoral agregado – a volatilidade. Os estados de Alagoas e Maranhão ocupam o pólo oposto. A volatilidade eleitoral tem sido, na maioria dos pares de eleição, altamente volátil. Em outras palavras, a disputa pelas cadeiras senatoriais provoca grandes oscilações nas preferências do eleitorado desses estados.

Finalmente, a Tabela 4c corrobora algumas observações já feitas. No estado de Alagoas, por exemplo, há considerável homogeneidade na magnitude da volatilidade eleitoral desde 1990 (o desvio-padrão é apenas 2.63). No entanto, a volatilidade média é extremamente elevada, de 97%. No estado da Bahia, ao contrário, a volatilidade média tem sido de apenas 34% e tem variado pouco no decorrer do tempo (o desvio-padrão é 10, muito menor do que o caso do Rio Grande do Sul, por exemplo).

Tabelas 4. Panorama da volatilidade nas eleições senatoriais.

Tabela 4a. Desvio-padrão em relação à volatilidade eleitoral média.

Número de estados	1990/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006
> 1 DP abaixo da média	3	4	5	5
1 DP ao redor da média	12	19	17	17
> 1 DP acima da média	5	4	5	5
Desvio-padrão (DP)	21.54	19.54	21.43	18.79

Os dados para as eleições senatoriais indicam que elas são bem mais voláteis e em maior número de estados que os pleitos presidenciais. Tem havido estados nos quais a volatilidade eleitoral manteve-se em patamares similares no curso dos pares de eleição examinados – tanto em níveis baixos (como o caso da Bahia) quanto elevados (Alagoas e Maranhão). Em suma, no caso da disputa senatorial, muito mais que nas eleições presidenciais, a política subnacional desempenha um papel fundamental para o entendimento do comportamento eleitoral.

Tabela 4b Estados - Distribuição em relação ao desvio-padrão

Estados	1990/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006
> 1 DP abaixo da média	AP, BA, MT	AC, BA, GO, RS	BA, GO, PI, RN, TO	AC, MT, RS, SP, TO
1 DP ao redor da média	AC, CE, DF, ES, GO, MS, PA, PB, RJ, RR, SC, TO	AM, AP, CE, DF, ES, MG, MS, MT, PA, PB, PI, RJ, RN, RO, RR, SC, SE, SP, TO	AC, AP, CE, DF, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RO, RR, SC, SE, SP	AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PI, PR, RJ, RN, RO, SC, SE
> 1 DP acima da média	AM, MA, MG, RN, SE	AL, MA, PE, PR	AL, AM, ES, MA, RS	AL, CE, ES, PE, RR

Tabela 4c. Média (M) da volatilidade eleitoral e desvio-padrão nos 4 pares de eleição.

UF	M	DP	UF	M	DP	UF	M	DP
RS	56.54	29.20	ES	81.05	16.80	GO	43.44	10.19
RN	61.32	26.99	AP	60.86	16.00	BA	34.24	10.00
SP	56.85	22.21	AM	81.76	15.80	MS	68.12	9.93
MG	74.45	21.79	RR	75.28	15.40	SC	56.74	9.43
TO	46.63	21.72	PE	87.64	15.10	MA	88.02	6.94
PR	69.01	17.82	SE	77.65	14.50	PB	53.33	4.8
PI	43.59	17.45	RJ	69.25	14.00	DF	64.67	4.13
MT	54.59	17.06	AC	45.81	12.40	RO	62.7	3.89
CE	69.78	16.97	PA	61.28	12.50	AL	97.01	2.63

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

A dispersão da volatilidade eleitoral dos pleitos para governador pode ser vista no gráfico 3, que imediatamente indica que são eleições altamente instáveis. O par de eleições do período de transição não se constituiu no ciclo mais volátil em grande número de estados. Além disso, é possível observar que alguns estados – como Bahia e Piauí – apresentam baixa dispersão da volatilidade eleitoral, ao passo que em outros, como Mato Grosso, o patamar de instabilidade eleitoral variou consideravelmente de eleição para eleição.

A análise dos desvios-padrão, por sua vez, ratifica as informações visíveis no gráfico de dispersão. A magnitude deles é elevadíssima (Tabela 5a). Na verdade, é a mais elevada entre todos os tipos de pleito examinados nesse artigo. Varia entre 16.7 e 28.5. Essa elevada magnitude indica que o panorama interestadual das eleições para governador é o que mais apresenta variação quando todos os estados são analisados em conjunto num mesmo par de eleições. Em cada um desses conjuntos de eleições, há entre 8 e 11 estados *outliers*. Não há, no entanto, estados que ocupem sistematicamente (em pelo menos cinco dos seis pares de eleições), a posição de *outlier* (Tabela 5b).

Tabela 5b – Estados - Distribuição em relação ao desvio-padrão

Estados	1982/1986	1986/1990	1990/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006
> 1 DP abaixo da média	MT, PB, RN, SP	GO, PE	AC, BA, CE, RR	CE, DF, MA, PI, RS	DF, GO, RS, SC, TO	BA, MA, MG, MT, PB, SC
1 DP ao redor da média	AC, AL, AM, ES, GO, MG, MS, PA, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SC	AC, AM, AP, BA, DF, MS, PA, PB, PI, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP, TO	DF, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RS, SC, SP, TO	AC, AL, AP, BA, GO, MG, MS, PA, PB, PE, RJ, RN, RO, RR, SC, SE, SP, TO	AC, AL, AP, BA, CE, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, SE, SP	AC, AM, AP, CE, DF, GO, MS, PA, PE, PI, PR, RN, RS, SE, SP, TO
> 1 DP acima da média	BA, CE, MA, SE	AL, CE, ES, MA, MG, MT, PR, RO	AL, AM, AP, MT, PR, SE	AM, ES, MT, PR	AM, ES, RN, RR	AL, ES, RJ, RO, RR

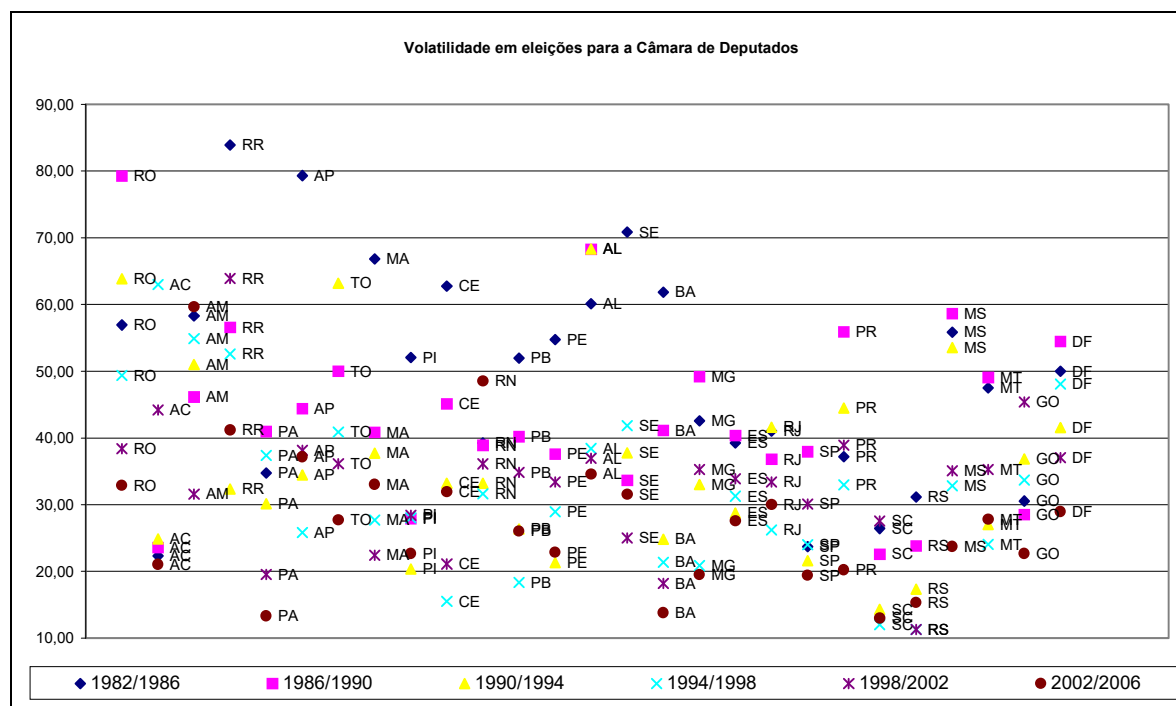
Tabela 5c. Média (M) da volatilidade eleitoral e desvio-padrão nos 6 pares de eleição.

UF	M	DP	UF	M	DP	UF	M	DP
MT	62.26	34.65	AM	78	26.88	AC	47.1	19.35
RR	65.08	32.35	SE	61	25.13	PB	41.04	19.33
TO	52.86	30.26	GO	39	24.46	RO	74.66	19.13
MA	52.25	29.87	AL	78	23.34	PA	55.25	16.81
CE	51.91	29.57	MG	51	23.32	RS	35.17	15.83
PR	66.22	29.41	MS	61	21.93	SP	36.31	15.5
DF	50.51	28.27	RJ	58	20.89	BA	39.58	15.23
AP	49.05	27.64	PE	50	20.5	PI	45.91	13.96
RN	52.76	27.2	ES	81	19.18	SC	32.53	10.94

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

O gráfico 4 contém informações a respeito da volatilidade nas eleições para a Câmara de Deputados. Prima facie, sugere que a volatilidade da maioria dos estados na maioria dos pares de eleições examinados variou entre 21% e 69% e que, fora desses limites, há diversos *outliers*. As eleições para a Câmara de Deputados parecem produzir, no decorrer do intervalo tempo examinado, pouca instabilidade eleitoral em alguns estados – como Espírito Santo, por exemplo – e volatilidade extremamente elevada em outros (como Roraima). Além disso, a maior parte dos estados *outliers* com elevada instabilidade para ter sido produzida no primeiro para de eleições comparadas (1982-1986).

Gráfico 4. Volatilidade em eleições para a Câmara de Deputados (1982/2006)



Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

Os dados relativos ao desvios-padrão (Tabela 6a), por sua vez, revelam que o padrão interestadual da volatilidade das eleições para a Câmara de Deputados é menos uniforme que o das eleições para a presidência, mas bem mais homogêneo que o das eleições senatoriais e para governador.

Cada eleição possui entre 7 e 10 *outliers*. Rio Grande do Sul e Santa Catarina são estados cujo nível de volatilidade das eleições para a Câmara de Deputados é sistematicamente bem menor que a média estadual (Tabela 6b). O estado de Roraima, ao contrário, figura como possuindo um eleitorado altamente instável no que se refere às eleições para deputado federal. Lembre-se que esse estado também apresentou grande e constante instabilidade no que se refere às eleições presidenciais.

No que tange à instabilidade ou estabilidade eleitoral de cada um dos estados tomados individualmente entre 1982 e 2006, o maior desvio-padrão, de 21.5 (no caso do estado de Tocantins), é inferior ao desvio-padrão máximo das eleições presidenciais – 23.1 (caso de Alagoas). Isso é sinal de maior homogeneidade em cada um dos estados no

primeiro tipo de pleito. Além disso, os maiores e os menor valores da volatilidade estadual média nas disputas para a Câmara dos Deputados são os mais baixos de todos os tipos de eleição examinados nesse artigo: 55.1% e 18.4%. Nas demais eleições, os números são bem maiores: 53% e 37%, nas disputas para a presidência; 97% e 34%, Senado; e 81% e 32%, para governador. Em outras palavras, do ponto de vista da evolução da volatilidade em cada um dos estados no decorrer do tempo, as eleições para a Câmara dos Deputados parecem ser as menos voláteis.

Tabelas 6. Panorama da volatilidade nas eleições senatoriais.

Tabela 6a. Desvio-padrão em relação à volatilidade eleitoral média.

Número de estados	1982/1986	1986/1990	1990/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006
> 1 DP abaixo da média	5	5	5	5	5	4
1 DP ao redor da média	17	17	17	17	20	20
> 1 DP acima da média	4	5	5	5	2	3
Desvio-padrão (DP)	16.17	11.09	13.46	11.48	10.16	10.98

Tabela 6b. Estados - Distribuição em relação ao desvio-padrão

Estados	1982/1986	1986/1990	1990/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006
> 1 DP abaixo da média	AC, GO, RS, SC, SP	AC, GO, PI, RS, SC	PE, PI, RS, SC, SP	CE, MG, PB, RS, SC	BA, CE, MA, PA, RS	BA, PA, RS, SC
1 DP ao redor da média	AL, AM, BA, CE, DF, ES, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO	AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MT, PA, PB, PE, RJ, RN, SE, SP, TO	AC, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PR, RJ, RN, RR, SE	AL, AP, BA, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RN, SE, SP, TO	AC, AL, AM, AP, DF, ES, MG, MS, MT, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, SC, SE, SP, TO	AL, AC, AP, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PB, PE, PI, PR, RL, SE, SP, TO
> 1 DP acima da média	AP, MA, RR, SE	AL, MS, PR, RO, RR	AL, AM, MS, RO, TO	AC, AM, DF, RO, RR	GO, RR	AM, RN, RR

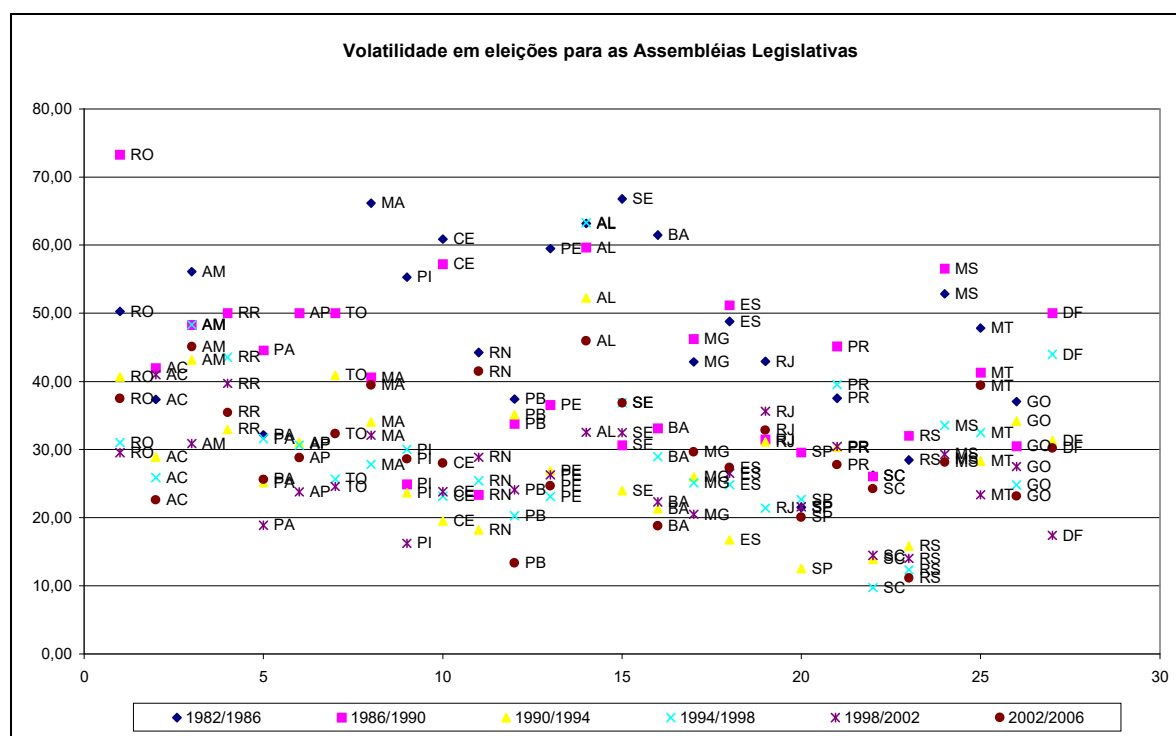
Tabela 6c. Média (M) da volatilidade eleitoral e desvio-padrão nos 6 pares de eleição.

UF	M	DP	UF	M	DP	UF	M	DP
TO	36.31	21.55	MA	38.09	15.57	AM	50.26	10.4
AP	43.22	18.69	MS	43.29	14.55	DF	43.35	9.38
BA	30.19	18.11	MG	33.4	11.74	RS	18.36	7.79
RR	55.07	18.04	PR	38.28	11.86	GO	32.94	7.76
RO	53.44	17.05	PI	29.9	11.35	SC	19.32	7.03
CE	34.93	17.09	MT	35.11	10.85	SP	26.12	6.8
AC	33.15	16.94	PA	29.35	10.78	RJ	34.83	6.13
AL	51.1	16.17	PE	33.13	12.25	RN	37.94	5.99
SE	40.1	16.09	PB	32.95	12.03	ES	33.5	5.36

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

Por fim, no que se refere às eleições para as Assembléias Legislativas, o gráfico 5 sugere que, na maioria delas, o patamar de volatilidade oscila entre 21% e 49%. Fora desses limites, há muitos *outliers*. Rio Grande do Sul e Santa Catarina parecem ser casos cuja volatilidade eleitoral tem sido bem inferior do que a média estadual na maioria das eleições. Por outro lado, parece haver casos de estados – como o Ceará, por exemplo – em que a alta instabilidade eleitoral inicial diminuiu significativamente no decorrer do tempo. Por fim, o estado de Goiás parece ter um baixo desvio-padrão. Ou seja, o comportamento eleitoral, no que concerne à escolha de representantes estaduais, não parece sofrer grandes oscilações.

Gráfico 5. Volatilidade em eleições para as Assembléias Legislativas (1982/2006)



Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

A magnitude dos desvios-padrão em relação à média estadual (Tabela 7a) indica um alto grau de homogeneidade entre os estados. De fato, com exceção das eleições presidenciais, essas são as menores magnitudes. É interessante observar, no entanto, a semelhança de magnitudes entre os dois tipos de eleições proporcionais. Conforme

mencionado anteriormente, o eleitorado parece seguir lógica similar nos dois tipos de pleito.

As informações da Tabela 7b ratificam essas observações. Nas eleições para a Câmara de Deputados, os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina figuraram como casos de *outliers* abaixo da média. Nas disputas para deputado estadual, isso se repete. O único caso de *outlier* acima da média, no entanto, é diferente: Alagoas (em contraste com Roraima para as eleições para a Câmara de Deputados).

Finalmente, conforme mencionado anteriormente, os dados relativos à volatilidade média apresentados na Tabela 7c são muito próximos ao números para as eleições para deputado federal. Uma vez mais, o Rio Grande do Sul figura como o estado com eleitorado menos instável entre 1982.

Tabelas 7. Panorama da volatilidade nas eleições para as Assembléias Legislativas.

Tabela 7a. Desvio-padrão em relação à volatilidade eleitoral média.

Número de estados	1982/ 1986	1986/ 1990	1990/ 1994	1994/ 1998	1998/ 2002	2002/ 2006
> 1 DP abaixo da média	4	4	5	2	5	3
1 DP ao redor da média	14	19	18	21	20	20
> 1 DP acima da média	5	4	4	4	2	4
Desvio-padrão (DP)	13.22	12.17	9.41	11.03	7.04	8.76

Tabela 7b. Estados - Distribuição em relação ao desvio-padrão

Estados	1982/1986	1986/1990	1990/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006
> 1 DP abaixo da média	PA, RS, SC, SP	PI, RN, SC, SP	ES, RN, RS, SC, SP	RS, SC	DF, PA, PI, RS, SC	BA, PB, RS
1 DP ao redor da média	AC, AM, ES, GO, MG, MT, MS, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO	AC, AM, AP, BA, DF, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RR, RS, SE, TO	AC, AP, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RR, SE	AC, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, SE, SP, TO	AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, SE, SP, TO	AC, AP, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PE, PI, PR, RJ, RO, RR, SC, SE, SP, TO
> 1 DP acima da média	AL, BA, CE, MA, SE	AL, CE, MS, RO	AL, AM, RO, TO	AL, AM, DF, RR	AC, RR	AL, AM, MT, RN

Tabela 7c. Média (M) da volatilidade eleitoral e desvio-padrão nos 6 pares de eleição.

UF	M	DP	UF	M	DP	UF	M	DP
CE	35.42	18.54	PE	32.82	13.90	RS	18.96	8.95
DF	28.81	18.15	MA	40.02	13.65	PA	29.65	8.77
RR	33.60	17.54	PI	29.77	13.41	AM	45.30	8.34
TO	28.90	17.12	MS	38.17	13.01	AC	32.95	8.23
RO	43.70	16.29	AL	52.81	12.03	SC	19.09	7.24
AP	27.37	16.13	MG	31.70	10.41	RJ	32.56	7.00
BA	30.99	15.85	RN	30.24	10.40	PR	35.12	6.70
SE	37.92	14.93	PB	27.32	9.59	SP	21.31	5.46
ES	32.55	14.03	MT	35.45	9.05	GO	29.52	5.40

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

Existe homogeneidade intra-regional?

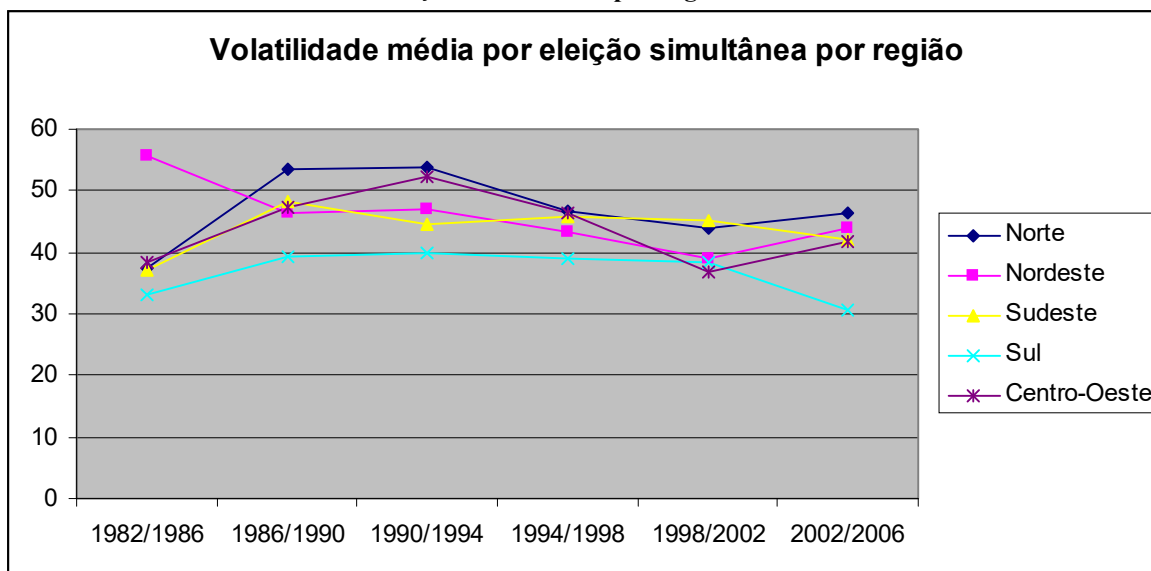
Até agora, tomamos os estados como unidade de análise. Há, no entanto, uniformidades no interior das regiões? No que concerne especificamente à dimensão regional, o gráfico 6 mostra a volatilidade eleitoral média em eleições simultâneas durante todo o período analisado em cada uma das regiões do país. Como se pode verificar, em todo período analisado, a região sul apresentou as menores taxas volatilidade e a tendência mais significativa de declínio no último par de eleições (tabela 8 e gráfico 6). Nas demais regiões se observa uma tendência de estabilização dos níveis de volatilidade eleitoral, embora num patamar elevado em torno de 40%. Em todas as regiões se observa que esse quadro se esboça a partir de 1994, o que pode significar que a partir, desse período se iniciou um processo de sedimentação da preferências partidárias bem como de maior acomodação das elites políticas após o processo de hiperativismo ocorrido na fase inicial de implementação do sistema partidário (Bohn & Paiva, 2006). Essa tendência também foi observada em outros estudos (Braga, 2003; Mainwaring, 1998; Peres, 2002)

Tabela 8. Volatilidade Média entre eleições simultâneas por região 1982-2006

REGIÃO	1982/1986	1986/1990	1990/1994	1994/1998	1998/2002	2002/2006	1982/2006
Norte	37,4	53,4	53,7	46,6	44,0	46,4	46,9
Nordeste	55,7	46,3	47,1	43,3	39,0	44,0	45,9
Sudeste	37,1	48,1	44,5	45,7	45,1	42,0	43,7
Sul	33,2	39,2	39,9	39,1	38,5	30,5	36,7
Centro-Oeste	38,2	47,3	52,3	46,5	36,7	41,7	43,8

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

Gráfico 6. Volatilidade média em eleições simultâneas por região.



Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

A tabela 9 permite visualizar os padrões de volatilidade eleitoral em todas as regiões nos diferentes pleitos. Em relação às eleições presidenciais, pode-se perceber uma menor variação intra-regional, como mostram os níveis de volatilidade média e o desvio-padrão. A região Norte é a menos homogênea, dado que apresenta a maior variação intra-regional, como demonstram os dados. Já o Sudeste, é a região que apresenta maior homogeneidade intra-regional. Na maioria das unidades da federação (com exceção de Ceará, Rio Grande do Sul e Distrito Federal), conforme vimos anteriormente, o primeiro par de eleições presidenciais apresentou os mais altos índices de volatilidade. No que diz respeito à comparação da volatilidade média os dados mostram um panorama bastante equilibrado, em torno de 40% na maioria dos estados.

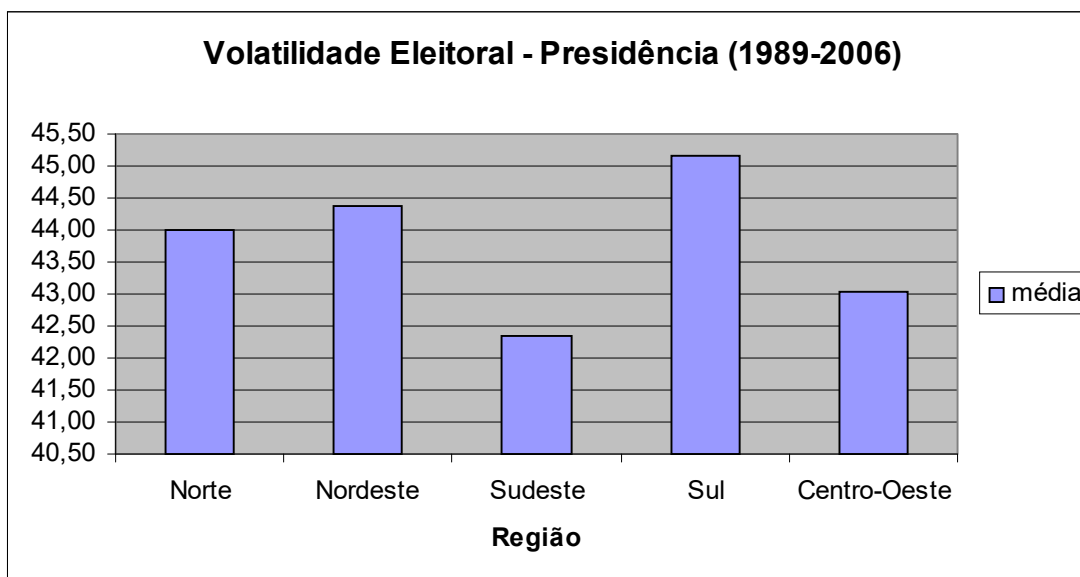
Tabela 9. Volatilidade eleitoral média (M) e desvio-padrão (DP) em eleições consecutivas (1982-2006)

Região	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
Tipo de eleição	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Presidência	44,00	14,07	44,39	12,24	43,05	11,39	42,35	10,04	45,14	11,82
Governador	60,30	8,54	52,65	7,36	53,11	10,64	56,58	7,36	44,64	13,5
Senado	62,05	2,10	68,06	5,41	57,71	1,59	70,4	7,77	60,76	11,44
Câmara	42,97	5,99	36,48	11,61	38,67	7,97	36,86	6,47	25,32	7,97
Ass. Legislativa	34,50	8,81	35,26	15,85	32,99	6,70	29,53	7,16	24,39	6,45

Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006).

Um dado importante emerge dos dados relacionados às eleições presidenciais, se compararmos a médias nos planos nacional (tabela 3) e regional (tabela 9) é que são bastante similares – giram em torno de 40%. Os dados apresentados no gráfico 7 permitem verificar a tendência mencionada. Desse modo, podemos concluir que no que diz respeito à competição para o executivo nacional, existe um padrão de disputa com características bastante análogas entre os âmbitos nacional e subnacional. Parte da explicação para esse fenômeno reside, provavelmente, no próprio caráter da competição. Em primeiro lugar, em todas as eleições analisadas, com exceção da primeira, tem havido uma polarização entre dois partidos, isto é, PT e PSDB. Em segundo lugar, a agenda das eleições presidenciais tende a ser mais ampla e menos permeável a paroquialismos, como ocorre no caso das disputas cujo colégio eleitoral está circunscrito aos estados. Como decorrência, o debate tende a ser mais uniforme com ênfase em temas de caráter nacional.

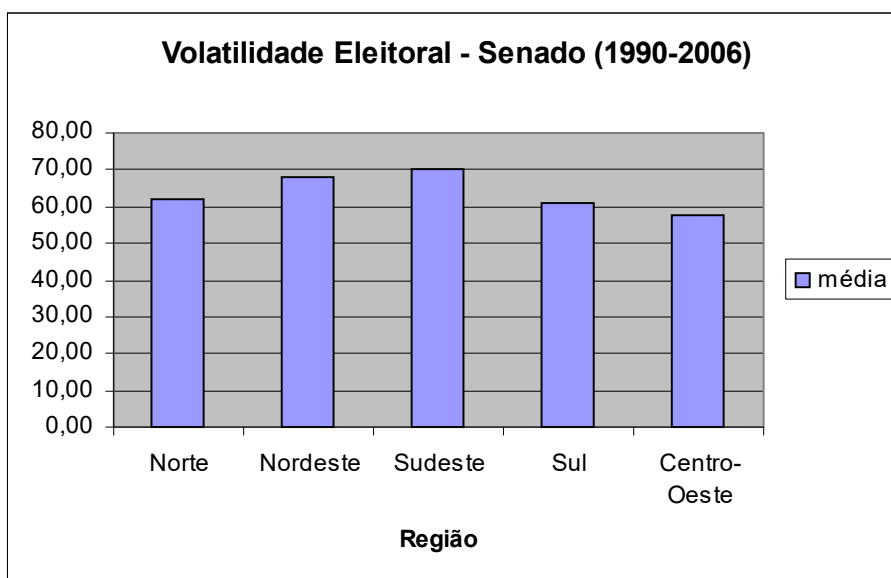
Gráfico 7.



Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

As eleições senatoriais, conforme mencionado anteriormente, são as mais voláteis quando comparadas com as demais. Essa tendência se esboça nos planos regional e intra-regional, isto é, quando as unidades da federação são tomadas separadamente. Norte e Centro-Oeste apresentam maior homogeneidade, em termos de variação intra-regional, como pode ser observado nas tabelas 4 e 5 e gráfico 5 abaixo. Já o Sul apresentou maior diversidade intra-regional dado que apresenta o desvio-padrão mais alto dentre as regiões.

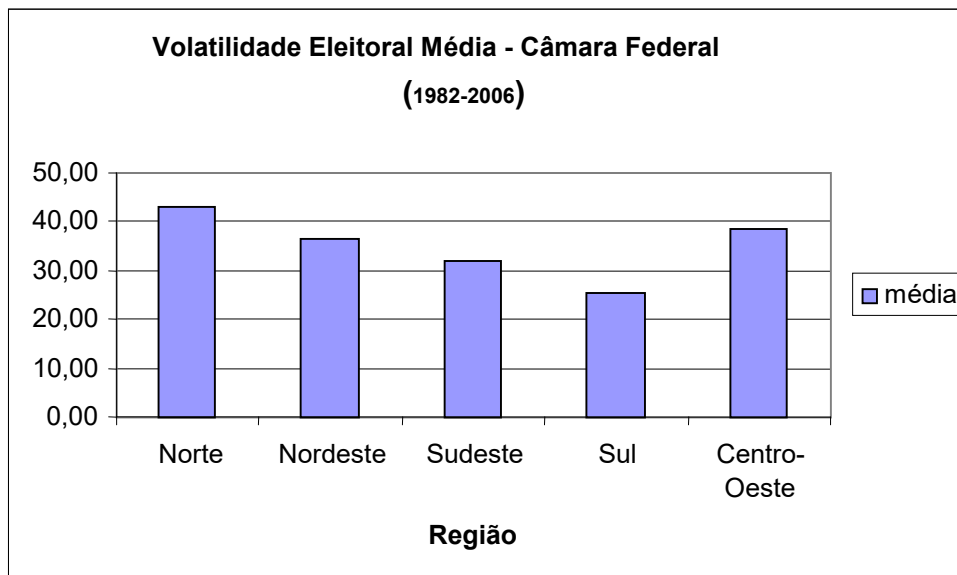
Gráfico 8.



Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

Os padrões de volatilidade eleitoral nas disputas para a Câmara de Deputados, demonstram que a região Norte apresenta as taxas mais altas de volatilidade média e maior homogeneidade interna, como pode ser visto na tabela 4. Por seu turno, a região Sul apresenta uma taxa de volatilidade bem abaixo das demais (ver gráfico 8 abaixo) e também maior homogeneidade que as demais. Vimos anteriormente os valores sistematicamente baixos da volatilidade média nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As regiões Sul e Sudeste estão abaixo da média nacional. Já as regiões Centro-Oeste e Nordeste estão bem próximas da média nacional.

Gráfico 9. Volatilidade eleitoral média – Câmara dos Deputados.

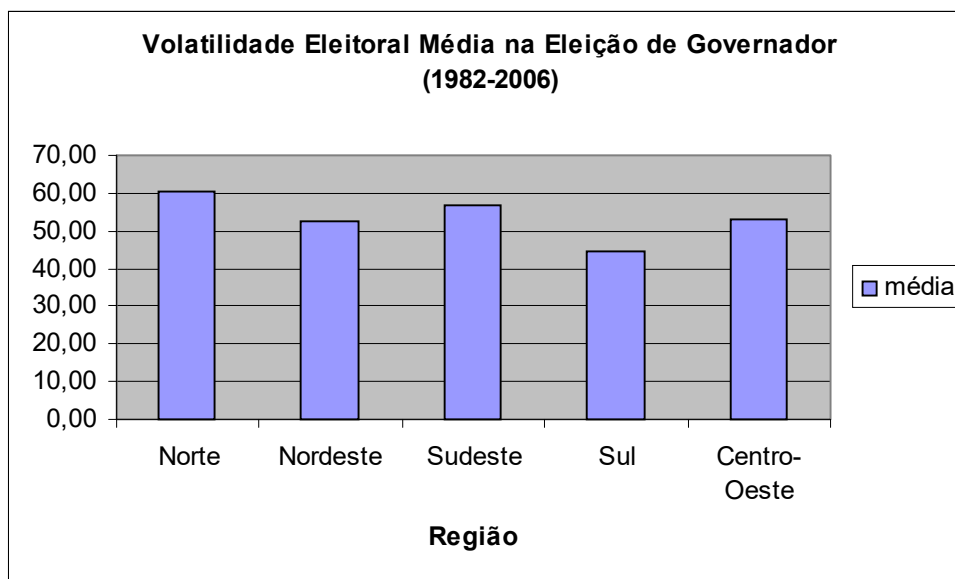


Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

As eleições para os executivos estaduais, ao lado daquelas para o senado, são as que apresentam maior instabilidade, isto é, as mais altas taxas de volatilidade eleitoral média, como pode ser visto na tabela 5. Ao compararmos as variações da volatilidade eleitoral nas diferentes unidades da federação observa-se que essas não seguem um padrão em termos de declínio, aumento ou estabilidade, como ocorre para as eleições presidenciais e legislativas (Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas dos estados) nas quais é possível

perceber uma tendência declinante na volatilidade eleitoral. A região Sul apresenta maior homogeneidade intra-regional e dois estados daquela região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) apresentam as taxas mais de volatilidade média (ver tabela 5). Já a região Norte, apresenta maior volatilidade média nas eleições para os executivos estaduais, como mostra o gráfico 10. Em termos de comparação entre a média nacional e aquelas verificadas nas regiões, não se observa grandes variações uma vez que Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste estão muito próximas da média nacional, desse modo podemos afirmar que não se observa assimetrias significativas entre os planos nacional e regional. É bastante provável que esse padrão, observado em ambos os pleitos seja explicado pela própria dinâmica da campanha eleitoral das eleições majoritárias nas quais as qualidades, atributos pessoais são enfatizadas em detrimento de seus vínculos partidários. É importante mencionar que, muitas vezes, partidos com incipiente estrutura organizacional logram eleger seus candidatos. Acrescente-se que os dados mostram um padrão semelhante, no plano nacional e regional, em duas eleições majoritárias examinadas nesse artigo.

Gráfico 10.



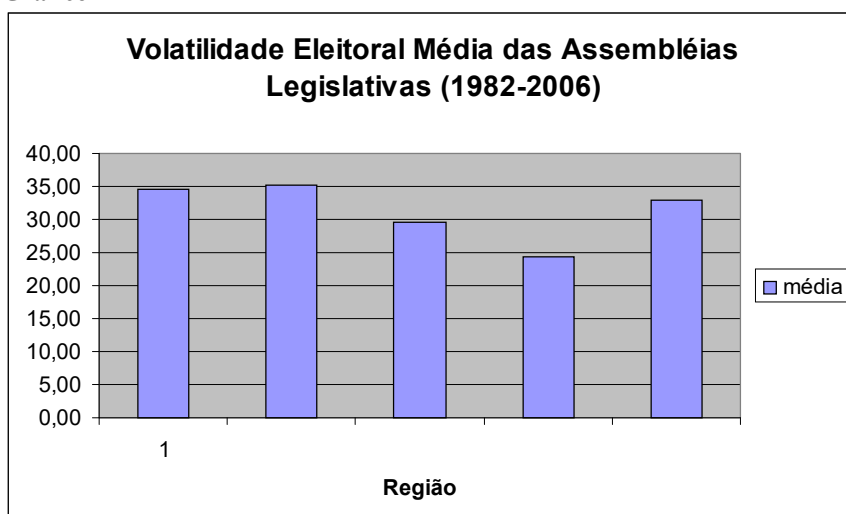
Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

Como mostram as tabelas 5 e o gráfico 11, os pleitos para o legislativo estadual são as que apresentam as menores taxas de volatilidade média. Além disso, é possível observar que em todos os estados, com exceção de Alagoas, os índices mais altos de aparecem no início do período analisado, especificamente, nos dois primeiros pares de eleição. A partir

de 1994 há uma tendência geral de declínio da volatilidade eleitoral. A região Nordeste apresenta maior heterogeneidade, em termos intra-regionais. Nas demais regiões se observa um grau maior de homogeneidade. As regiões Sudeste e Sul, em contraste, são as menos volatéis.

O gráfico 11 e a tabela 7 acima permitem verificar que alguns estados apresentam um padrão bastante homogêneo no período quando analisamos as eleições para o legislativo estadual, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Goiás. Além disso, na maioria dos estados a volatilidade se encontra bem próxima da média estadual. Pode-se, portanto, concluir que ao examinarmos o padrão de preferência eleitoral para o legislativo (federal e estadual) a tendência observada no âmbito nacional se repete nos planos regional e estadual.

Gráfico 11



Fonte: Bohn & Paiva (2006) e Paiva & Bohn (2006)

Considerações finais.

No início desse artigo, indagamos se o panorama da volatilidade eleitoral no Brasil apresenta variações quando tomamos o plano subnacional como unidade de análise.

A comparação dos dados da volatilidade nacional para as eleições presidenciais com as informações da volatilidade nos estados para esse mesmo pleito indica que há diferenças estaduais. Essas, no entanto, são poucas. Não há casos de estados que, nesse tipo de pleito apresentem, na maior parte dos pares de eleições examinados, um patamar de volatilidade

eleitoral sistematicamente baixo ou elevado. As diferenças interestaduais, portanto, não nos parecem expressivas nesse caso.

São altamente expressivas, no entanto, no caso das outras eleições majoritárias, tanto senatoriais quanto para governador. Nesses tipos de disputa, a heterogeneidade interestadual é assustadora. Não só os dados da volatilidade eleitoral apresentam muita variação, como também encontram-se num patamar bastante elevado.

A heterogeneidade interestadual também é visível no caso das eleições proporcionais. Por outro lado, apontamos no decorrer do texto a existência de muitas similaridades nos níveis de volatilidade média (e mínima e máxima) nas disputas para deputados federal e estadual. Também indicamos que, em todos os estados, elas são bem menos instáveis que as eleições para o Senado e para governador. Sugerimos ainda que essas similaridades podem advir de uma mesma lógica decisória utilizada pelos eleitores. Um dos desdobramentos desse estudo é justamente a realização de um *survey* para verificarmos, do ponto de vista do eleitorado, se e como tais mecanismos decisórios são postos em ação no momento do voto. Só assim será possível compreender esse aparente paradoxo entre eleições majoritárias e proporcionais.

Além disso, é importante mencionar que os dados apresentados nesse artigo permitem afirmar que as taxas de volatilidade eleitoral apresentam uma tendência de declínio e/ou estabilidade. Tais evidências permitem afirmar que o eleitorado brasileiro, ao longo de mais de duas décadas, vem estabilizando suas escolhas eleitorais. No caso das eleições presidenciais, o sistema partidário tem se desenvolvido de forma similar em todas as unidades da federação. No entanto, nas outras disputas majoritárias e nas eleições para deputado federal e estadual, o quadro é um pouco diferente, conforme foi demonstrado.

Se, por um lado, percebemos uma dinâmica similar entre os planos nacional e estadual em termos de maior enraizamento do sistema partidário no caso de alguns tipos de eleição, por outro, é necessário examinar outros indicadores da institucionalização do sistema partidário. É preciso verificar, por exemplo, em que medida a estabilização das preferências eleitorais se articula com a sedimentação de identidades partidárias, de vínculos mais estáveis entre os partidos políticos e o eleitorado bem como o aumento do grau de legitimidade e confiança naqueles que são atores fundamentais de regimes democráticos. O exame dessas dimensões fornecerá um quadro mais geral do desempenho e avaliação dos

partidos políticos brasileiros. É nessa direção que pretendemos avançar em nossa agenda de pesquisa.

Referências

- Abrucio, F. (1998). *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP.
- Baker et al (2006) Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 elections, *American Journal of Political Science*, 50 (2): 382-399.
- Bartolini, S. & Mair, P. (1990) *Identity, competition and electoral availability: the stabilisation of European electorates, 1885-1985*, New York: Cambridge University Press.
- Boher, R. et al (2000) Pacek, Alexander C.; Radcliff, Benjamin (2000). Electoral Participation, Ideology, and Party Politics in Post-Communist Europe, *Journal of Politics*, 62 (4): 1161-1172.
- Bohn, S. (2006). Alignment, dealignment, volatility & authoritarian legacy in South America. Argentina, Brazil, Chile and Uruguay", Paper presented at the 2006 Midwest Political Science Association (MPSA) Conference, April 20-23, 2006, Chicago, IL.
- Bohn, S. (2006) e Paiva, D. Política estadual e regional e volatilidade eleitoral no Brasil, Paper apresentado no Relatório Final de Pesquisa do Projeto "Bases Sócio-Econômicas da Volatilidade Eleitoral no Brasil", Processo No. 401912/2004-3 Edital No. 032/2004, CNPq.
- Braga, M. S. S. (2003) *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982-2002*. São Paulo: Universidade de São Paulo, (tese de doutorado/Ciência Política.)
- _____. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP.
- Budge, I. (1982) Electoral Volatility: Issue Effects and Basic Changes in 23 Post-War Democracies. *Electoral Studies*. V. 1. n. 2. pp. 147-168.
- Carmani, D. (2004) *The Nationalization of Politics: The Formation of National Electorates and Party Systems in Western Europe*, New York: Cambridge University Press.
- Cervi, E. U. (2002) Comportamento Eleitoral Volátil e Reeleição: As vitórias de Jaime Lerner no Paraná. *Revista Sociologia e Política*. n. 19. pp.123-134.
- Couto, C. (1995) *O Desafio de ser Governo: O PT na prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Eldersveld, S. 1982 *Political Parties in American Society*. New York: Basic Books.
- Figueiredo (1996) Volatilidade Eleitoral em Eleições Parlamentares 1950-1978. *Opinião Pública*. V.III, n. 3. pp. 97-127.
- Huntington (1991) *A terceira onda. A democratização no final do século XX*, São Paulo: Editora Ática.

- Jones, M. and Mainwaring, S. (2003): "The nacionalization of parties and party systems". *Party Politics*. Vol 9, n. 2, pp: 139-166.
- Key, J. O. (1949) *Southern Politics*. New York: Vintage Books.
- Kinzo, M. D. G. (2005) Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 20, n. 57. pp.56-81.
- Krause, S. e Paiva, D. (2002) Perdas e Ganhos. Lideranças políticas brasileiras e instabilidade na representação dos partidos: Lógica nacional X lógica estadual (1982-2001)". In: Pinto, C. R. e Santos, A. M. (orgs) *Partidos no Cone Sul: Novos Ângulos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2002.
- Kugelmas, E. e Sola, L. (2000) Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil nos anos 90. *Tempo Social*. São Paulo. V. 11, n. 2.
- Lavareda, A. (1991) *A Democracia nas Urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- Leal, V. N. (1986) *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega.
- Lima, M. C. (1996) Volatilidade Eleitoral em São Paulo (1985-92)". *Novos Estudos Cebrap*, n. 46.
- Lima Jr. O. B. (1983) *Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____. (1997) *O Sistema Partidário Brasileiro: diversidades e tendências (1982-1994)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- _____. (1999) Partidos, Eleições e Poder Legislativo. In: Miceli, Sergio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs.
- Limongi, F. e Figueiredo, A. (1999) *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- _____. (2002) Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 303-344.
- Linz, J. (1996) Within-Nation Differences and Comparisons: The eight Spains. In: ROKKAN, S. & MERRIT, R. L. (eds) *Comparing Nations: The use of quantitative data in cross-national research*. New Haven, Yale University Press
- Mainwaring, S. & Scully, T. (1995) *Building Democratic Institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.
- Mainwaring, S. & Torcal, M. (2006) Party System Institutionalization and party system theory after the Third Wave of Democratization. In: Katz, R. & Crotty, W. (eds.) *Handbook of Political Parties*. London: Sage Publications. pp. 204-27.
- Mainwaring, S. & Zoco, E. (2006) Political Sequences and the stabilization of interparty competition: Electoral volatility in old and new democracies. *Party Politics*. V. 13, n. 2, pp.155-178.
- Mainwaring, S. (1998) Electoral Volatility in Brasil. *Party Politics*. v. 04, n. 4. pp.53-45
- Mainwaring, S. (2006)
- Mainwaring, S. & Liñan-Pérez, A. (2005) Why Regions are important: Regional Specificities and Region-Wide Diffusion of Democracy. *Kellog Working Papers*. n. 322
- Mayhew, D. (1986). *Placing parties in American Politics*, Princeton: Princeton University Press.
- Melo, C. R. (2004). *Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara de Deputados 1985-2002*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Meneguello, R. (1998) *Partidos e Governos No Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. 01. ed. São Paulo: Paz e Terra.

- Moraes, F. (1995) *Eleições e partidos políticos no retorno ao multipartidarismo: o caso do Ceará*. Rio de Janeiro: IUPERJ (dissertação de mestrado).
- Neves, M. M. R. N. (1988) *Elites Políticas: competição partidária e dinâmica partidário-eleitoral –Caso de Mato Grosso*. São Paulo; Vértice.
- Nicolau, J. M. (1998) *A Volatilidade Eleitoral nas Eleições para a Câmara dos Deputados Brasileira (1982-1994)*. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS.
- _____. (1996) Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94).
- Oliveira, F. (1995) A crise da federação: da oligarquia à globalização. In: Affonso, R. et al (orgs.) *A Federação em Perspectiva*. São Paulo: Fundap.
- Paiva, D, e Batista, C. M. (2004) *Sistema Partidário e Volatilidade no Centro-Oeste 1982-2002*. Trabalho apresentado no IV Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Rio de Janeiro.
- Paiva, D. e Bohn, S. (2006) Política estadual e regional e volatilidade eleitoral no Brasil, Paper apresentado no Relatório Final de Pesquisa do Projeto “Bases Sócio-Econômicas da Volatilidade Eleitoral no Brasil”, Processo No. 401912/2004-3 Edital No. 032/2004, CNPq.
- Pedersen, M. N. (1980) On measuring party system change. A methodological critique and a suggestion”, *Comparative Political Studies*, 12 (4): 387-403.
- Peres, P. S. (2002) Sistema Partidário e Instabilidade Eleitoral no Brasil”. In: Pinto, C. R. e Santos, A. M. (orgs) *Partidos no Cone Sul: Novos Ângulos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer.
- Popkin, S. (1991). *The reasoning voter*, Chicago: University of Chicago Press.
- Przeworski, A. (1975) Institutionalization of voting patterns, or is it mobilization of the source of decay? *American Political Science Review*, 69: 49-67.
- Putnam, R. (1992) *Making Democracy work: civil traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Roberts, K. & Wiebbels, E. (1999) Party systems and electoral volatility in Latin America: a test of economic, institutional and structural explanations”, *American Political Science Review*, 93 (3): 575-590.
- Rodrigues, L. M. (2002) *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp.
- Samuels, D. (2003) *Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil*. New York: Cambridge University Press.
- Santos (2001) *O poder Legislativo nos Estados: identidade e convergência*. São Paulo: Ed. FGV.
- Snyder (2001) Scaling Down: The Subnational Comparative Method. *Studies in Comparative International Development*. v. 36, n. 1, pp. 93-110.
- Soares, G. A. D. (1973) *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Difel.
- _____. (2001) *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (1967) The politics if uneven development: the case of Brazil. In: Lipset, S. M. & Rokkan, S. (eds.) *Party Systems Voter Alignments: cross national perspectives*. New York: The Free Press.
- Souza, C. (1997) *Constitutional Engineering in Brazil: the politics of federalism and decentralization*. London: Macmillan Press Ltd.